

Sumário

| | |
|---|----|
| Lista de Abreviaturas | IX |
| Prefácio | 1 |
| Apresentação | 5 |
| Introdução | 7 |
| 1 O Modelo Brasileiro de Execução por Quantia | 13 |
| 1.1 Reflexões sobre Estado, Jurisdição e Execução Civil | 13 |
| 1.1.1 Estado e jurisdição..... | 14 |
| 1.1.2 Estado e execução civil. | 21 |
| 1.1.3 Jurisdição e execução civil | 24 |
| 1.2 Conceito de Execução | 26 |
| 1.3 Evolução Normativa da Execução por Quantia no Brasil | 30 |
| 1.3.1 As Ordenações Filipinas..... | 30 |
| 1.3.2 O Regulamento nº 737/1850 | 32 |
| 1.3.3 Os Códigos estaduais de processo civil..... | 33 |
| 1.3.4 O CPC/1939..... | 33 |
| 1.3.5 O CPC/1973 | 34 |
| 1.3.6 Síntese da evolução histórico-normativa | 38 |
| 1.4 A Execução por Quantia no CPC/2015 | 39 |
| 1.4.1 As três etapas do processo de execução | 41 |
| 1.4.2 Síntese do processo de execução no CPC/2015..... | 45 |
| 1.5 A Crise de Sobrecarga do Poder Judiciário Brasileiro e a Execução por Quantia..... | 46 |
| 1.5.1 Alguns dados do Poder Judiciário brasileiro..... | 49 |
| 1.5.2 Consequências desse cenário..... | 51 |

| | |
|---|------------|
| 1.5.3 Medidas de enfrentamento | 54 |
| 2 Experiências de Desjudicialização da Execução por Quantia | 57 |
| 2.1 O Conceito de Desjudicialização..... | 57 |
| 2.2 Ordenamento Jurídico Brasileiro..... | 62 |
| 2.2.1 Experiências de desjudicialização da execução no Brasil | 65 |
| 2.2.2 O Decreto-Lei nº 70/1966 | 67 |
| 2.2.3 A Lei nº 9.514/1997 | 71 |
| 2.2.4 Questionamentos sobre o Decreto-Lei nº 70/1966 e a Lei nº 9.514/1997 | 76 |
| 2.3 Direito Estrangeiro..... | 81 |
| 2.3.1 Common law: Estados Unidos da América..... | 82 |
| 2.3.1.1 Execução por quantia..... | 83 |
| 2.3.1.2 Execução hipotecária | 85 |
| 2.3.1.3 Utilidade para o Brasil | 90 |
| 2.3.2 Direito europeu | 91 |
| 2.3.3 Portugal..... | 96 |
| 2.3.3.1 Execução por quantia..... | 101 |
| 2.3.3.2 Utilidade para o Brasil..... | 106 |
| 3 O Modelo Proposto de Desjudicialização da Execução por Quantia | 107 |
| 3.1 Diversos Modelos Possíveis: Público, Privado, Misto..... | 107 |
| 3.2 O Modelo Proposto | 109 |
| 3.2.1 Alguns parâmetros | 109 |
| 3.2.2 Uma via alternativa, não exclusiva | 111 |
| 3.2.3 Eleição da via a critério do exequente | 112 |
| 3.2.4 Preclusão após a escolha da via..... | 114 |
| 3.2.5 Um modelo privado..... | 114 |
| 3.2.6 O Agente de Execução..... | 117 |
| 3.2.6.1 Exame dos agentes de execução previstos atualmente no Brasil..... | 118 |

| | |
|--|------------|
| 3.2.6.2 Exame dos profissionais liberais como agentes de execução | 121 |
| 3.2.6.3 Exame dos particulares em colaboração com o Poder Público com vínculo de delegação | 125 |
| 3.2.6.4 Exame do regime jurídico do tabelião de protesto..... | 128 |
| a) Constituição Federal de 1988 | 129 |
| b) Lei nº 8.935/1994 | 131 |
| c) Lei 9.492/1997..... | 134 |
| d) Conveniência e oportunidade de atribuição ao tabelião de protesto | 139 |
| 3.2.7 Demais elementos do modelo: exame do Projeto de Lei 6.204/2019 | 142 |
| 3.2.8 Reflexões da doutrina ao Projeto de Lei 6.204/2019 | 147 |
| 3.2.9 A ausência de um procedimento extrajudicial pré-executivo (PEPEX) no Projeto de Lei 6.204/2019 | 158 |
| 3.2.10 Nota sobre a repercussão do Projeto de Lei 6.204/2019..... | 162 |
| Considerações Finais..... | 163 |
| Referências Bibliográficas..... | 165 |